

RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.092 - PE (2015/0174434-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : SINDSPREV PE SIND DOS TRABALHADORES
PUBLICOS FEDERAIS DA SAUDE E PREVIDENCIA
SOCIAL DE PERNAMBUCO
ADVOGADA : MARIA LÚCIA SOARES DE ALBUQUERQUE MARQUES
- PE003670
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **SINDSPREV - PE - SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS DA SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 630e):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

- 1. O Decreto nº 20.910/32 preceitua que as dívidas passivas da Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.*
- 2. À execução, aplica-se o mesmo prazo prescricional previsto para a propositura da ação de conhecimento. Súmula 150, do STF.*
- 3. O título exequendo transitou em julgado em 30/08/2006, logo, a pretensão executória restaria fulminada em 30.08.2011. A execução foi promovida quando já superado o referido marco temporal, de sorte que os créditos dos Substituídos já tinham sido fulminados pela prescrição.*
- 4. Pedido de sobrestamento e respectivo deferimento ocorridos quando já concretizada a prescrição intercorrente.*
- 5. Ausência de manifestação da União acerca de qualquer negociação, o que poderia implicar na interrupção da prescrição, à luz do inciso VI, do art. 202, do Código Civil.*
- 6. Descabida a alegação de retomada da execução fundada no malogro da tentativa de negociação, porque já formulado após a concretização da noticiada prescrição.*
- 7. O requerimento apresentado pelo Exequente para que a Executada fosse intimada a apresentar as fichas financeiras dos Substituídos, não tem o condão de suspender ou interromper a fluência do prazo prescricional. Apelação improvida*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos (fls. 672/675e), consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fl. 676e):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

1. Embargos opostos aduzindo omissão quanto à ocorrência de interrupção da prescrição, inclusive procrastinação da União para fornecer os elementos necessários à confecção da memória de calculos. 2. O acórdão embargado deixou claro que a dificuldade de acesso às fichas financeiras para elaboração dos calculos de liquidação da sentença, não possuem o condão de interromper ou suspender a fluência do prazo prescricional, considerando que a liquidação presente nos autos é por calculo. 3. O Sindicato Exequente só providenciou o desmembramento do feito, em grupos de 20 substituídos, conforme determinado pelo juízo, dando origem a presente execução, quando já tinha se concretizado a prescrição intercorrente. 4. O pedido de sobrestamento e o respectivo deferimento ocorreram quando já concretizada a prescrição intercorrente. 5. Ausência de manifestação da União acerca de qualquer negociação que pudesse implicar na interrupção da prescrição, à luz do inciso VI, do art. 202, do Código Civil. 6. Descabida a alegação de retomada da execução fundada no malogro da tentativa de negociação, porque já formulado após a concretização da noticiada prescrição. 7. Embargos de Declaração providos, em parte, sem efeitos infringentes, eis que mantido o improvimento da Apelação.

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 535 do Código de Processo Civil – "o acórdão regional não enfrentou a omissão apontada pelo Recorrente, violando severamente o disposto no Art. 535, I e II do Código de Processo Civil, ao rejeitar os embargos interpostos. A questão ali levantada, Nitidamente omitida no julgado, deveria obrigatoriamente ter sido apreciada pelo tribunal, sob pena de cerceamento de defesa, tanto

mais porque, sem esta apreciação, não se pode levar a matéria às Cortes Superiores, à minguada do prequestionamento" (fl. 697e);

- II. Arts. 43, 265 e 791 do Código de Processo Civil e Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça – "a prescrição intercorrente só se caracteriza quando a parte interessada se mostra inerte, o que, absolutamente, não é o caso" (fl. 707e); e
- III. Arts. 475-A e 475-B do Código de Processo Civil – "[...] não restando configurado na sentença do processo de conhecimento o valor líquido e certo devido pelo devedor ao credor, faz-se necessária a liquidação da sentença. Diante disso, mesmo que a sentença tenha transitado em julgado não há que se falar em início do prazo da prescrição contra o credor" (fl. 718e).

Sem contrarrazões (fl. 742e), o recurso foi admitido (fl. 743).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento ao recurso quando o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, porquanto o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA

PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

(...)

(AgRg no REsp 1.450.797/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 11/06/2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/07/2014 – destaques meus).

De outra parte, o tribunal de origem concluiu pela ocorrência de prescrição, nos seguintes termos (fls. 627/628e):

Consoante se apura nos autos, O SINDSPREV requereu, no dia 14/03/2008, a intimação da União para apresentar as fichas financeiras dos Substituídos, para a apresentação da memória discriminada e

atualizada dos cálculos nos autos do processo originário que foi desmembrado.

Ao analisar tal pedido, o Magistrado 'a quo' proferiu decisão interlocutória, no dia 19/08/2008, determinando que fosse providenciado o desmembramento do feito em grupos de 20 substituídos e que a União fosse intimada, em cada processo, para apresentar as fichas financeiras de cada substituído processual. Ocorre que, tal decisão não foi cumprida pelo Sindicato Exequente, havendo sido mais uma vez determinado pelo Juízo 'a quo', em 22.07.2009, que o Sindicato Exequente providenciasse o noticiado desmembramento. O Sindicato Exequente, todavia, só providenciou o desmembramento, dando origem a presente execução, quando já tinha se concretizado a prescrição intercorrente, que ocorreu em 30.08.2011.

Destaque-se, por oportuno, que o Sindicato Exequente requereu, em 13.11.2012, nos autos da ação originária, o sobrestamento de todas as execuções dela oriundas por desmembramento, entre as quais está a presente execução, porque estaria negociando um acordo com a União na fase executiva. O pedido de sobrestamento foi deferido em 22.11.2012. O pedido de sobrestamento e o respectivo deferimento, todavia, não tinham mais nenhum sentido, pois a prescrição intercorrente já havia se concretizado em 30.08.2011.

Registre-se que, não houve, nos autos, nenhuma manifestação da União acerca de qualquer negociação, o que poderia implicar na interrupção da prescrição, à luz do inciso VI, do art. 202, do Código Civil.

Ressai descabida, também, a alegação de retomada da execução fundado no malogro da tentativa de negociação, porque já formulado após a concretização da noticiada prescrição. Mister se faz, inclusive, destacar o seguinte excerto da sentença:

“Outrossim, registro não ser verídica a afirmação feita pela Parte Exequente, na petição mencionada no parágrafo anterior, de que teria pedido o sobrestamento do feito apenas pelo prazo de 30 (trinta) dias e não pelo prazo de um ano, como fora deferido, pois naquela petição, vê-se claramente, que a Parte Exequente pediu o sobrestamento "até pronunciamento da resposta final, por ser de JUSTIÇA!", vale dizer, sem prazo, tendo este magistrado apenas fixado o limite máximo de um ano, na forma do § 5º do art. 265 do código de processo civil. Mas, repito, essa petição também já não tinha mais nenhum sentido, porque protocolada quando a prescrição já estava concretizada, conforme já dito acima e demonstra-se no item "IV" infra.”

Cumprе realçar que o requerimento apresentado pelo Sindicato, para

que a União fosse intimada a apresentar as fichas financeiras dos Substituídos, não tem o condão de suspender ou interromper a fluência do prazo prescricional.

Da leitura dos autos, extrai-se que o trânsito em julgado da ação de conhecimento ocorreu em 30.8.2006; o SINDSPREV requereu, no dia 14.3.2008 a intimação da União para apresentar as fichas financeiras dos substituídos; o Magistrado teria proferido decisão no dia 19.8.2008, determinando o desmembramento do feito em grupos de 20 substituídos e que a União fosse intimada para apresentar as fichas financeiras de cada um deles; o Magistrado aplicou a prescrição entendendo que o desmembramento ocorreu após a prescrição, fixando como marco final, 30.8.2011, ou seja, após o quinquênio do trânsito em julgado da ação de conhecimento.

Com efeito, o tribunal de origem entendeu que prescrição intercorrente há havia sido concretizada em 30.08.2011.

Contudo, verifico que o acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte segundo a qual por se tratar de sentença ilíquida, não teria como correr o prazo prescricional no presente caso, ademais, o marco prescricional deve ocorrer a partir da decisão que determinou o desmembramento e não do trânsito em julgado da ação originária.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA OU DIFICULDADE NO FORNECIMENTO DE FICHAS FINANCEIRAS. HIPÓTESE DE SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 10.444/2002, QUE INCLUIU O § 1º AO ART. 604, REDAÇÃO TRANSPOSTA PARA O ART. 475-B, §§ 1º E 2º, TODOS DO CPC/1973. CASO CONCRETO EM QUE A DEMANDA EXECUTIVA FOI APRESENTADA DENTRO DO LAPSO QUINQUENAL, CONTADO A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI N. 10.444/2002. PRESCRIÇÃO AFASTADA NA ESPÉCIE DOS AUTOS. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015 E ART. 256-N E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. Nos termos da Súmula 150/STF, o prazo prescricional da execução é o mesmo da ação de conhecimento. Dito entendimento externado pelo STF

leva em conta que o procedimento de liquidação, da forma como regulado pelas normas processuais civis, integra, na prática, o próprio processo de conhecimento. Se o título judicial estabelecido no processo de conhecimento não firmara o quantum debeatur, somente efetivada a liquidação da sentença é que se poderá falar em inércia do credor em propor a execução, independentemente de tratar-se de liquidação por artigos, por arbitramento ou por cálculos.

2. Esse termo inicial para contagem do prazo prescricional da ação executiva, que se mantém para as modalidades de liquidação por artigos e por arbitramento, sofreu sensível modificação a partir da alteração da natureza jurídica da "liquidação" por meros cálculos aritméticos. Tal ocorrera, em parte, com a edição da Lei n.8.898/1994, cuja redação somente foi completada, a qual persiste até hoje - mesmo com a edição do CPC/2015 -, com a inclusão do § 1º ao art. 604 do CPC/1973.

3. Com a vigência da Lei n. 10.444/2002, foi mantida a extinção do procedimento de liquidação por cálculos, acrescentando o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, permitindo sejam considerados corretos os cálculos do credor quando os dados requisitados pelo juiz do devedor não forem trazidos aos autos, sem justificativa. A partir de então, extinto, por completo, qualquer resquício de necessidade de uma fase prévia à execução para acertamento da conta exequenda, tendo transcorrido o prazo de cinco anos, quando devedora a Fazenda Pública, incidirá o lapso prescricional quanto à execução.

4. No caso, consoante o acórdão recorrido, a sentença prolatada na Ação Ordinária n. 97.0004216-2, que reconheceu aos autores da demanda o direito ao reajuste de 28,86% a partir de janeiro de 1993 até a efetiva implantação em folha de pagamento, transitou em julgado em 25/3/2002. 5. Considerando que a execução foi ajuizada em 17/5/2007, mesmo após demora na entrega das fichas financeiras pela parte devedora, não transcorreu o lustro prescricional, porquanto a redação dada pela Lei n. 10.444/2002, que introduziu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, somente entrou em vigor em três meses depois, contados a partir do dia 85/2002 (data da sua publicação). Assim, por ocasião do ajuizamento da execução, em 17/5/2007, ainda não havia transcorrido o lapso quinquenal, contado da vigência da Lei n. 10.444/2002, diploma legal que tornou desnecessário qualquer procedimento prévio de efetivação da conta antes de a parte exequente ajuizar a execução.

6. Tese firmada: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acertamento de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado,

incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros".

7. Recurso especial a que se nega provimento.

8. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e do art. 256-N e seguintes do Regimento Interno do STJ.

(REsp 1336026/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/06/2017, DJe 30/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DISCUSSÃO SOBRE O TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL DECORRENTE DE ATO DO PODER JUDICIÁRIO QUE DETERMINA O DESMEMBRAMENTO DO FEITO. SENTENÇA ILÍQUIDA NÃO COMPORTA EXECUÇÃO, POR ISSO NÃO TRANSCORRE O LAPSO PRESCRICIONAL. CONTRA A SUA FORÇA EXECUTÓRIA, ANTES DO SEU ACERTAMENTO. PRECEDENTES: AGRG NO ARESP. 664.993/RJ, REL. MIN. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJE 31.3.2016; AGRG NO RESP. 1.499.557/RJ, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 20.2.2015; AGRG NO RESP. 1.444.185/RS, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJE 24.6.2014. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, A FIM DE AFASTAR A PRESCRIÇÃO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA FINALIZAR A FASE DE LIQUIDAÇÃO E DAR INÍCIO À EXECUÇÃO DO JULGADO.

1. Trata-se de Recurso Especial que visa à reforma do julgado proferido em sede de Apelação pelo TRF da 5a. Região, que manteve a sentença, por entender que a execução teria sido proposta após superado o prazo de 5 anos do trânsito em julgado da ação que reconheceu o direito requerido.

2. Esta Corte, inúmeras vezes, já se manifestou, em passado recente, que o lapso prescricional da Ação de Execução só tem início quando finda a liquidação da sentença. Precedentes: AgRg no AREsp.

664.993/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 31.3.2016; AgRg no REsp. 1.499.557/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.2.2015;

AgRg no REsp. 1.444.185/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 24.6.2014.

3. No caso, o trânsito em julgado da ação de cognição ocorreu em 30.8.2006 (fls. 315); o SINDSPREV requereu, no dia 14.3.2008 a intimação da União para apresentar as fichas financeiras dos substituídos (13.188 Servidores Públicos Federais); o Magistrado teria proferido decisão no dia 19.8.2008, determinando o desmembramento

do feito em grupos de 20 substituídos e que a União fosse intimada para apresentar as fichas financeiras de cada um deles; o Magistrado aplicou a prescrição entendendo que o desmembramento ocorreu após a prescrição, fixando como marco final, 30.8.2011, ou seja, após o quinquênio do trânsito em julgado da ação de conhecimento (fls. 615).

4. Não se mostraria razoável, nem justo e nem equitativo favorecer-se o devedor condenado com a fluência do lapso prescricional da sua obrigação judicialmente definida e imposta, quando o procedimento de liquidação da conta respectiva se deveu à falta de dados que deveriam ter sido por ele (devedor) previamente disponibilizados ao exequente.

5. Assim, o Tribunal de origem não proferiu entendimento conforme a jurisprudência desta Corte, pois aplicou a prescrição intercorrente, entendendo que o prazo se iniciou com o trânsito em julgado da ação de cognição. Contudo, por se tratar de sentença ilíquida, não teria como correr o prazo prescricional no presente caso; e, se porventura corresse, teria que ser contabilizado a partir da decisão que determinou o desmembramento e não do trânsito em julgado da ação originária.

6. Recurso Especial provido, para afastar a prescrição, determinando-se o retorno dos autos à origem e dar continuidade ao processo de liquidação, devendo a União apresentar os documentos aptos a permitir que o Sindicato promova a execução dos seus substituídos.

(REsp 1578979/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 21/06/2016)

Posto isso, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para afastar a ocorrência de prescrição e determinar o retorno dos autos à origem, para dar continuidade à liquidação, como entender de direito.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora